

PRECATÓRIOS: LIMITE DE PAGAMENTO e IMPACTOS NA ÁREA TRIBUTÁRIA

O Governo Federal tem tentado articular com o Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubada de limite nos pagamentos de precatórios e tal estratégia pode impactar significativamente todos os envolvidos.

Já era *praxe* que Estados e Municípios adiam o pagamento de seus precatórios, mas agora é a União Federal que pretende emplacar a moratória nos pagamentos, através das Emendas Constitucionais nºs 113 e 114, que tratam das PECs dos Precatórios.

 O que fez a PEC dos Precatórios?

Aprovada no final de 2021, a PEC dos Precatórios estabeleceu um limite anual para o pagamento de dívidas judiciais, criando uma fila de pagamento para essas sentenças que cresce a cada ano.

 O que motivou a proposta?

Ela surgiu como resposta a um desafio financeiro enfrentado pelo Governo, que precisava alocar recursos para o Auxílio Brasil e se deparou com uma dívida judicial expressiva.

 Qual a regra vigente?

A PEC dos Precatórios entrou em vigor em 2022 e estabeleceu um limite para os pagamentos até o final de 2026 e, após esse prazo, o governo enfrentará novos desafios significativos.

 O que acontecerá em 2027?

A perspectiva é preocupante, já que o adiamento constante dos pagamentos pode resultar em uma dívida de mais de R\$ 250 bilhões em precatórios acumulados a serem pagos pela União.

 Qual a estratégia do governo?

O atual governo pretende pressionar o STF, para que a Suprema Corte declare inconstitucional o atual limite de pagamento e dos instrumentos de "encontro de contas", conhecido na área tributária como compensação, utilizando precatórios como crédito.

 Reflexos na Área Tributária e Impactos aos Contribuintes:

Com ponto **POSITIVO**, ampliou-se a possibilidade de usar precatórios para quitar débitos tributários e como ponto **NEGATIVO**, empresas terão que esperar ainda mais a devolução de tributos federais pagos.

Nossa equipe está acompanhando de perto essa evolução e estamos à disposição para fornecer orientações jurídicas específicas aos nossos clientes, visando proteger seus interesses e minimizar impactos negativos.